

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 292/2020-PGJ, DE 27.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a pedido, a partir de 31.1.2020, a Portaria nº 203/2015-PGJ, de 30.1.2015, que agregou ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, para ocupar cargo de confiança no âmbito do Ministério Público Estadual, bem como todos os atos administrativos que o tenham designado para desempenhar cargo ou função de confiança, para fins de cumprir o afastamento disposto no art. 6º, § 3º, III, “b”, da Lei Complementar nº 72/94.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 293/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 31.1.2020, do cargo em comissão de Chefe de Secretaria, na função de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, símbolo MPDS-102, o Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, para fins de cumprir o afastamento disposto no art. 6º, § 3º, III, “b”, da Lei Complementar nº 72/94.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 294/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a pedido, a partir de 31.1.2020, a Portaria nº 622/2012-PGJ, de 7.5.2012, que agregou ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Promotor de Justiça Paulo César Zeni, para, com prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, bem como todos os atos administrativos que o tenham designado para desempenhar cargo ou função de confiança, para fins de cumprir o afastamento disposto no art. 6º, § 3º, III, “b”, da Lei Complementar nº 72/94.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 295/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a pedido, a partir de 31.1.2020, a Portaria nº 552/2014-PGJ, de 4.4.2014, que agregou ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, para, com prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, bem como todos os atos administrativos que o tenham designado para desempenhar cargo ou função de confiança, para fins de cumprir o afastamento disposto no art. 6º, § 3º, III, “b”, da Lei Complementar nº 72/94.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 296/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade de acompanhamento e fiscalização presencial das provas escritas do XXVIII Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizada no dia 1º.8.2018, a ser usufruído no dia 3.2.2020, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, alterada pela Resolução nº 20/2018-PGJ, de 7.8.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 297/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda 2 (dois) dias de compensação por ter coadjuvado perante a 36ª Zona Eleitoral nas eleições de 2018, no dia 28.10.2018, a serem usufruídos nos dias 4 e 5.2.2020, nos termos do artigo 98 da Lei nº 9.504, de 30.9.1997.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 298/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda 11 (onze) dias de férias compensatórias, sendo 4 (quatro) dias referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018 e 7 (sete) dias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019, a serem usufruídos no dia 31.1.2020 e nos períodos de 10 a 14.2 e 9 a 13.3.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 299/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda 10 (dez) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 22 a 29.7, 2 a 9.9, 21 a 29.10 e 25.11 a 2.12.2019, a serem usufruídos nos períodos de 17 a 21.2 e 16 a 20.3.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 300/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo César Zeni 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade de acompanhamento e fiscalização presencial das provas escritas do XXVIII Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizada nos dias 31.7 e 2.8.2018, a serem usufruídos nos dias 3 e 4.2.2020, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, alterada pela Resolução nº 20/2018-PGJ, de 7.8.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 301/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo César Zeni 11 (onze) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 3 a 10.6, 1º a 8.7, 8 a 15.7 e 9 a 16.9.2019, a serem usufruídos no dia 5.2.2020 e nos períodos de 17 a 21.2 e 16 a 20.3.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 302/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo César Zeni 14 (quatorze) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2005 a 6 de janeiro de 2006, a serem usufruídos no dia 31.1.2020, e nos períodos de 10 a 14.2, 2 a 4.3 e 9 a 13.3.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 303/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade de acompanhamento e fiscalização presencial das provas escritas do XXVIII Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizada nos dias 31.7 e 1º.8.2018, a serem usufruídos nos dias 3 e 4.2.2020, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, alterada pela Resolução nº 20/2018-PGJ, de 7.8.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 304/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves 11 (onze) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 13 a 20.8, 22 a 29.10, 5 a 12.11.2018 e 4 a 11.2.2019, a serem usufruídos no dia 5.2.2020 e nos períodos de 17 a 21.2 e 16 a 20.3.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 305/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves 11 (onze) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, a serem usufruídos no dia 31.1.2020 e nos períodos de 10 a 14.2 e 9 a 13.3.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 270/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Antonio Siufi Neto 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 1998, a serem usufruídos no período de 19 a 21.2.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 290/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Gilberto Robalinho da Silva 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 27.1 a 25.2.2020, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 255/2020-PGJ, DE 24.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 214/2020-PGJ, de 21.1.2020, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, de forma que, onde consta: “PLANTÃO: 13.10.2019”; passe a constar: “PLANTÃO: 13.10.2018”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 256/2020-PGJ, DE 24.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 16º Promotor de Justiça de Dourados, Ricardo Rotunno, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar nos autos da Notícia de Fato nº 01.2020.00000347-1, em trâmite perante a 8ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 257/2020-PGJ, DE 24.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 28.8.2016, a ser usufruído no dia 14.2.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 258/2020-PGJ, DE 24.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2011 a 6 de janeiro de 2012, a ser usufruído no dia 17.2.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 260/2020-PGJ, DE 24.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Maracaju, Simone Almada Goes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara da referida Comarca, no dia 23.1.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 261/2020-PGJ, DE 24.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 38ª Zona Eleitoral, no período de 20 a 27.1.2020, em razão de licença-luto do titular, George Cassio Tiosso Abbud.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 262/2020-PGJ, DE 24.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Mundo Novo, Lenize Martins Lunardi Pedreira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no dia 27.1.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão da titular, Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 271/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 22.7.2018, a ser usufruído no dia 27.1.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 272/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça George Cassio Tiosso Abbud 8 (oito) dias de licença por luto, a partir de 20.1.2020, em razão do falecimento de seu genitor, nos termos do artigo 156 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 273/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 30.6 a 1º.7.2018 e 27.8 a 3.9.2018, a serem usufruídos no período de 11 a 14.2.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 274/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 2000, a serem usufruídos no período de 17 a 19.2.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 275/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Regina Dornte Broch 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 21 a 28.1.2019, a serem usufruídos nos dias 27 e 28.2.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 276/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 22 a 28.11.2017 e 10 a 16.1.2018, a serem usufruídos nos dias 27 e 28.2 e 9 e 10.3.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 277/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza 5 (cinco) dias de férias remanescentes, sendo 3 (três) dias referentes ao período aquisitivo 2016/2017 e 2 (dois) dias referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídos no período de 2 a 6.3.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 278/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 28.1 a 4.2.2019, a ser usufruído no dia 21.2.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 280/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Itaporã, Radamés de Almeida Domingos, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados, no período de 27.1 a 4.2.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 281/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 31º Promotor de Justiça de Campo Grande, Humberto Lapa Ferri, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Supervisor das Promotorias de Justiça Especializadas da referida Comarca, a partir de 22.2.2020, pelo período de 1 (um) ano.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 282/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 11º Promotor de Justiça de Dourados, Amilcar Araujo Carneiro Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Vara do Juizado Cível e Criminal da referida Comarca, a partir de 13.2.2020, pelo período de 1 (um) ano.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 283/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 8º Promotor de Justiça de Dourados, Juliano Albuquerque, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na 2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, a partir de 21.2.2020, pelo período de 1 (um) ano, e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1198/2019-PGJ, de 8.4.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 284/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 18º Promotor de Justiça de Campo Grande, José Arturo Iunes Bobadilla Garcia, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 3ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, a partir de 5.2.2020, pelo período de 1 (um) ano.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 285/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 52ª Promotora de Justiça da comarca de Campo Grande, Renata Ruth Fernandes Goya Marinho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Vara do Juizado Especial Central Virtual da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 12.2.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 286/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Claudia Loureiro Ocariz Almirão, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 18ª Zona Eleitoral, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 21.2.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 287/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 5.2.2020, a Portaria nº 349/2019-PGJ, de 30.1.2019, que designou o 18º Promotor de Justiça de Campo Grande, José Arturo Iunes Bobadilla Garcia, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar na 24ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 288/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 4ª Promotora de Justiça de Naviraí, Juliana Martins Zaupa, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Promotoria de Justiça e o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 27 a 31.1.2020; e revogar a Portaria nº 173/2020-PGJ, de 20.1.2020, que designou o Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior para atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 27 a 31.1.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 289/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Zona Eleitoral, no período de 27.1 a 3.2.2020, em razão de licença do titular, Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 259/2020-PGJ, DE 24.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 01/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2) Fiscal Técnico – Magaly Carvalho Brunet, Chefe de Divisão; 2.1) Suplente – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Arquivo-Geral (Processo PGJ/10/4511/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 265/2020-PGJ, DE 27.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 31ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 24ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 7 a 16.1.2020, em razão de férias da servidora Jéssica Caroline de Oliveira Almeida.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 266/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Gabriel Damião Amaral Silveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 10 a 24.1.2020, inicial, nos termos do inciso II do artigo 130 e do artigo 146, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c os artigos 25 e 26 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 267/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Eloina Caceres da Cruz, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 9 a 18.1.2020, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 268/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Luiz Fernando Ribeiro Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, no período de 20 a 29.1.2020, em razão de férias da titular, Helena Rocha Rodovalho.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 269/2020-PGJ, DE 27.1.2020

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Natascha Junko Sakamoto Costa, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 17 a 31.1.2020, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 4 DE FEVEREIRO DE 2020, ÀS 9 HORAS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:**6.1. Expedientes encaminhados para apreciação:****1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:**

• **Ofício nº 1104/2019/CGMP/MS**, de 10.12.2019, em cumprimento ao disposto no art. 18, inciso XI e art. 172 da Lei Complementar n. 72/1994, encaminha a Vossa Excelência Relatório Circunstanciado das Correições Ordinárias previstas no Aviso n. 18/CGMP/2019, publicado no DOMP n. 2.016, de 26.7.2019, nas Promotorias de Justiça da comarca de Nova Andradina e no Aviso n. 21/CGMP/2019, publicado no DOMP n. 2.043, de 4.9.19, nas Promotorias de Justiça de Bataguassu, Caarapó, Ivinhema, Corumbá e Miranda.

2. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos:

• **Ofício nº 017/2019/CPJ-Int.Dif.Col.**, de 12.12.2019, a Procurador de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda, em cumprimento ao §1º, do artigo 8º, da Resolução nº 002/2012/CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia das **Atas nº 06 e 07/2019**, das reuniões ordinárias da **Coordenadoria das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos**.

6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:**1. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004270-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002144-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004329-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000473-7.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001000-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002615-0.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003090-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001189-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002985-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001624-4.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000221-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000379-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000381-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002100-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000193-0.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001666-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003400-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001793-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001289-9.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004239-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001737-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001903-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004235-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004237-1.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003739-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001001-7.

8. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002404-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002903-9.

9. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003830-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003831-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003832-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003833-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003834-0.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002414-0.

11. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001912-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003748-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001529-0.

12. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003802-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004400-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004651-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000148-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000309-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000979-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001474-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001594-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002995-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003502-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003626-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003611-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003339-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003335-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003269-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002367-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001819-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004442-5.

13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001322-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002398-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004538-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001307-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003807-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004625-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002770-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000165-1.

14. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001778-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000780-8.

15. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004228-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004226-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004227-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004229-7.

16. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002596-5.

17. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001143-8.

18. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003882-0.

19. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000532-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000901-0.

20. Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001658-4.

21. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004523-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004535-7.

6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**6.3.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003116-3.

2. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002888-0.

3. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001018-3.

6.3.2. CONSELHEIRO BELMIRE SOLES RIBEIRO:**1. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001071-7.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003352-8.

3. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001965-9.

6.3.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003055-3.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000864-0.

2. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001363-6.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003037-5.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003231-8.

6.3.4. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JUNIOR:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000772-3.

2. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000774-5.

3. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001412-4.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003232-9.

5. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001745-0.

6.3.5. CONSELHEIRO SILASNEITON GONCALVES:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001307-0.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003063-1.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002966-8.

4. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001395-7.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003259-5.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003311-7.

6.3.6. CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002892-5.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002707-0.

7. Ordem do dia:**7.1. Matéria administrativa:**

7.1.1. Eleição do Secretário do Conselho Superior do MP e seu substituto para o mandato de 1 (um) ano.

7.1.2. Oitiva *ad referendum* do Conselho Superior sobre a seguinte designação:

- **Portaria nº 4586/2019-PGJ, de 9.12.2019.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui e indicá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, representar o Ministério Público Estadual na Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Estado de Mato Grosso do Sul, CEJAI/MS,

para o biênio 2020/2022, a partir de 1º.2.2020, nos termos dos artigos 2º, alínea “d” e 4º, ambos da Portaria nº 126.661.082.0002/2015, de 29.1.2015, da Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, TJMS, e do artigo 4º, inciso IV, da Resolução nº 119, de 25.3.2015, da Presidência do TJMS; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 3562/2018-PGJ, de 19.10.2018, que designou o Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf.

7.1.3. Expediente:

• **Ofício nº 0007/2020/02PJ/PNB**, de 7.1.2020, o Promotor de Justiça da comarca de Paranaíba, Ronaldo Vieira Francisco, encaminha cópia do Certificado de Conclusão, do Histórico e do Diploma do Mestrado Acadêmico em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, bem como cópia da tese apresentada, para fins do disposto no art. 8º, II e III da Resolução nº 001/2016-CSMP.

7.1.4. Remoção e promoção:

1. Processo PGJ/10/4703/2019

Expediente: Aviso nº 21/2019/CSMP, de 22.11.2019, publicado no DOMP/MS nº 2.098, de 25.11.2019.

Assunto: Remoção, pelo critério de merecimento, e promoção, pelo critério de merecimento, para a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai, segunda entrância.

Inscrito para remoção: Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva.

Inscritos para promoção: Promotores de Justiça Adriano Barrozo da Silva e Juliana Pellegrino Vieira.

Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.

2. Processo PGJ/10/4789/2019

Expediente: Aviso nº 22/2019/CSMP, de 29.11.2019, publicado no DOMP/MS nº 2.103, de 2.12.2019.

Assunto: Remoção, pelo critério de antiguidade, e promoção, pelo critério de merecimento, para a 76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, entrância especial.

Inscritos para remoção: Promotores de Justiça Luciana do Amaral Rabelo, Helen Neves Dutra da Silva, Élcio Félix D'Angelo, Fernando Martins Zaupa, Izonildo Gonçalves de Assunção Júnior, Juliano Albuquerque, Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, Daniela Cristina Guiotti e Ana Cristina Carneiro Dias.

Inscritos para promoção: Promotores de Justiça Clarissa Carlotto Torres, Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, Jorge Ferreira Neto Júnior e Pedro de Oliveira Magalhães.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002644-9

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Douglas Luiz Borges

Assunto: Apurar eventuais irregularidades cometidas pelo cirurgião dentista Douglas Luiz Borges por realizar procedimentos de cunho estético que seriam privativos dos profissionais médicos dermatologistas.

Retirado de pauta na reunião do dia 14.5.2019, a pedido do Relator.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002645-0

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Máximo Sorriso Centro Odontológico

Assunto: Apurar eventuais irregularidades cometidas pela empresa máximo sorriso centro odontológico, por realizar procedimentos de cunho estético que seriam privativos dos profissionais médicos dermatologistas.

Retirado de pauta na reunião do dia 14.5.2019, a pedido do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000817-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível enriquecimento ilícito de agentes públicos do município de Dois Irmãos do Buriti.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000399-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: M. A. B. L.

Assunto: Investigar a ocorrência de dano ambiental em área de preservação permanente no imóvel rural denominado Fazenda Jacareacanga I localizado no município de Ponta Porã/MS, bem como a ausência de área de reserva legal devidamente instituída e delimitada.

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00000806-5

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidades em procedimento licitatório da FUNSAUD, que teve por objeto a aquisição de gêneros alimentícios.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000400-4

57ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca da Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar irregularidades na demanda reprimida para consulta na especialidade de psiquiatria adulto na Rede Municipal de Campo Grande/MS.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00002159-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Melancia - Nelcir Rossoni

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na propriedade Fazenda Melancia, no município de Sidrolândia/MS, conforme Auto de Infração n. 23182, oriundo da Polícia Militar Ambiental de Campo Grande/MS.

8. Inquérito Civil nº 06.2015.00000307-7

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: IMOL e Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do IMOL- Instituto de Odontologia de Medicina e Odontologia Legal de Mato Grosso do Sul, decorrente de instalação e operação sem licença ambiental competente.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00003341-7

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: FUNSAUD e Associação Cristã Pais e Filhos

Assunto: Apurar eventual irregularidade nas dispensas de licitações para a contratação da Associação Cristã Pais e Filhos, com objetivo de realizar manutenção em camas hospitalares do Município.

10. Inquérito Civil nº 06.2019.00000236-1 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

11. Inquérito Civil nº 06.2019.00000435-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Carlinda Maria Oliveira da Silva- Chácara Santa Terezinha- Lote 120- Assentamento Patagônia

Assunto: Apurar possível dano ambiental na propriedade rural de Carlinda Maria Oliveira da Silva, localizada no Município de Terenos-MS.

12. Inquérito Civil nº 06.2018.00002763-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Angélica/MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na destinação de terras públicas do Município de Angélica/MS.

13. Inquérito Civil nº 06.2016.00000762-2 - SIGILOSO

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca da Campo Grande

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000219-3**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wallas Gonçalves Milfont

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa, em razão da ausência de repasse das contribuições relativas ao ITAPREV, instituto que administra o regime próprio de previdência, por parte da Administração Municipal.

2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2019.00007354-6

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ivinhema

Recorrente: Sérgio Martins de Souza Queiroz

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar possível violação aos direitos difusos tutelados, em especial no que tange à Educação, Saneamento Básico e Meio Ambiente.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003318-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia de suposta fraude no Processo Administrativo nº 123/2010 (Pregão presencial nº 94/2010), instaurado para contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria e assessoria na área tributária da Prefeitura Municipal de Aquidauana (evolução nº 008/2011).

4. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2019.00005994-4

1ª Promotoria de Justiça Meio Ambiente e Urbanismo da comarca de Três Lagoas

Recorrente: Sérgio Martins de Souza Queiroz

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar grave descumprimento de deveres por entes federativos no que tange à interesses difusos do tecido social.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001629-5 - SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001650-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: DAEX

Requeridas: Alindo Buss e outra

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Ajuricaba, localizada às margens do Rio Apa, de propriedade de Alindo Buss e outra.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001518-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Bruna Carobrez, Maria Carolynni Carobrez e Renato Carobrez

Assunto: Apurar a regularidade ambiental da propriedade rural denominada Sítio Santo Antônio, pertencente a Antônio Wilson Carobrez e outros, consoante diagnóstico ambiental realizado.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00003121-9

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível improbidade administrativa relativa à licitação Pregão Presencial nº 12/2018, Processo Administrativo nº 1505/2018, conforme manifestação da Ouvidoria MPMS nº 11.2018.00003489-2.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00002228-6

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Pedro Germano Abreu da Silva & Cia Ltda.-ME, P & G Construções Ltda., Oshita Empreendimentos Imobiliários Ltda., JP-MI Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Assunto: Apurar oferta/venda de loteamentos que estão sem as devidas autorizações/licenças legais (clandestinos).

10. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000666-8

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a denúncia de eventual emissão de nota fiscal de peças automotivas que nunca foram entregues à Secretaria Municipal de Educação, e caso confirmada a suspeita, averiguar o envolvimento de servidores da Prefeitura Municipal de Sidrolândia na prática ilegal.

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00002521-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Angélica

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa decorrente de repasse de verba pública, efetuado pelo Município de Angélica, à entidade privada (Sindicato Rural de Angélica).

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000549-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Douradina

Assunto: Apurar irregularidades na contratação de empresa de segurança pelo Município de Douradina/MS, no evento denominado “14ª Festa Agostina”, realizada nos dias 28, 29 e 30 de agosto de 2015.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000170-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Rodrigues de Lima

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais consistentes em suprimir área de vegetação nativa, bem como explorar espécies de árvores protegidas por lei, todas as atividades em desacordo com a autorização/licença do órgão ambiental competente, na Fazenda Imbauval, localizada no Município de Miranda-MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000061-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades ambientais na propriedade rural localizada nas coordenadas geográficas n.º WGS 84: O 56 32 57.295 S 20 41 5.981, consistente no desmatamento de 22,93 hectares de vegetação nativa sem a devida autorização do órgão ambiental.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000277-2

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público do Estadual

Requerido: Município de Aquidauana/MS

Assunto: Apurar denúncia de utilização de equipamentos e pessoal da Secretaria de Obras do município de Aquidauana, para fazer limpeza em imóvel particular.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000753-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público do Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível contratação direta praticada pelo Município de São Gabriel do Oeste com violação dos princípios constitucionais norteadores da Administração Pública.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001931-5

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível violação ao direito/garantia de acessibilidade das pessoas com deficiência na Unidade Básica de Saúde da Família/UBSF José Alberto Veronese Distrito Norte, consistente na falta de adaptação ao acesso ao balcão e de sanitário exclusivo para pessoas com deficiência.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00002325-9

2ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público do Estadual

Requerida: EFASIDRO - Escola Família Agrícola de Sidrolândia

Assunto: Apurar eventuais deficiências e/ou insuficiências estruturais para realização das atividades desenvolvidas na escola agrícola - EFASIDRO.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00000452-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público do Estadual

Requerido: Município de Deodápolis

Assunto: Apurar ato de improbidade administrativa, em razão da eventual contratação, pelo poder público municipal, de médicos, sem a realização de concurso público, bem como em razão de médicos não efetivos estarem prestando serviços ao município sem qualquer vínculo documentalmente comprovado.

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JUNIOR:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000990-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público do Estadual

Requerido: Honor Affonso de Almeida Filho

Assunto: Apurar a regularidade e buscar a adoção de providências em razão da supressão de 13,55 hectares de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração do Bioma de Mata Atlântica, ocorrida no interior do imóvel rural “Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora I”, pertencente a Honor Affonso de Almeida Filho, sem a correspondente autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente.

Retirado de pauta na reunião do dia 15.10.2019, por ausência justificada do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000894-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Alcinópolis

Assunto: Apurar o descumprimento da regra prevista no art. 100 da Lei Orgânica de Alcinópolis.

Retirado de pauta na reunião do dia 15.10.2019, por ausência justificada do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000848-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Zenilda Ramos Vilas Boas

Assunto: Apurar eventual prática de atos de improbidade administrativa descritos no art. 10, caput, e 11, caput, ambos da Lei de Improbidade Administrativa, consistentes no uso ilegal de atestado médico pela servidora pública do Município de Deodápolis/MS, Zenilda Ramos Vilas Boas, no período compreendido entre os dias 18/1/2019 a 22/1/2019.

Retirado de pauta na reunião do dia 15.10.2019, por ausência justificada do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001841-6

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Santa Casa de Campo Grande

Assunto: Apurar a regularidade da elaboração das escalas de plantões médicos de sobreaviso do Hospital Santa Casa de Campo Grande.

Retirado de pauta na reunião do dia 15.10.2019, por ausência justificada do Relator.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000710-1

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Unimed Campo Grande

Assunto: Apurar possível prejudicialidade aos direitos dos consumidores pela eventual falta ou insuficiência de ambulância por parte da UNIMED Campo Grande.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000629-0

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Objeto: Apurar eventuais pagamentos indevidos de gratificação de Chefia pelo então Diretor Presidente da FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE DOURADOS - FUNSAUD, AMÉRICO SALGADO JÚNIOR, ao médico Everton Pacco Mendes.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001011-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Douradina e outro

Assunto: Averiguar possível acumulação indevida de cargos públicos pelo servidor Josué Álvares Martins, diante da sua nomeação como diretor na Administração Municipal de Douradina, enquanto já exercia o cargo de professor na rede estadual de ensino.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00002963-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigado: Jarbas Sotero Prebitz

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo servidor Jarbas Sotero Prebitz, no período de 26.8.2012 e 14.12.2012, no exercício de suas funções no cargo de escrivão de Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, quando lotado na 2ª Delegacia de Polícia Civil de Ponta Porã/MS.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000713-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Brasilândia

Requerente: José Melo de Carvalho

Requerido: Darci Martins de Andrade

Assunto: Apurar dano ambiental noticiado por José Melo de Carvalho na Fazenda São João, neste Município, de propriedade de Darci Martins de Andrade.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00003631-4 - SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

11. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000455-9

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual conduta ímproba omissiva nas gestões 2016 e 2017 do Instituto do Meio Ambiente de Dourados-MS.

7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000271-6**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na instalação de ESF (Estratégia de Saúde da Família) no tocante ao recebimento de verbas e o não atendimento efetivo nos Bairros São Bento e Bandeirantes, em Itaporã, bem como a inexistência de estrutura física das unidades de saúde dos referidos locais.

Advogado: Thiago de Lima Holanda- OAB/MS 18.255.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001062-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a abertura de estrada em reserva legal do loteamento denominado Fazenda Jamaica.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000447-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade do convênio firmado entre os Municípios de Nova Andradina e Batayporã para fins de permuta de profissionais da educação.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002749-2

Promotoria do Patrimônio Público e Social de Justiça da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Angélica

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no pagamento de gratificação a motorista de ônibus escolar.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001850-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio José Teixeira Mortari

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais gerados mediante o corte de árvores, sem autorização do órgão ambiental competente e com degradação à área de preservação permanente.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000529-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Deodápolis

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa na realização de despesas com aquisição de combustíveis, óleos lubrificantes e afins, durante a gestão do ex-prefeito municipal Manoel José Martins.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00000035-5

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental dos desmatamentos constatados nas Fazendas Cana Brava II, Campos Novos Gleba 1, Rincão e Itaoca do Jacaré.

8. Inquérito Civil nº 06.2016.00001432-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Usina Estância Sonora Agrícola Ltda.

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da queima de palha de cana de açúcar.

7.2.6. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001526-7 - SIGILOSO**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003464-9 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Deodópolis

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001944-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agropecuária Provanil Ltda.

Assunto: Apurar a situação jurídico ambiental da Fazenda Caburé-y-parte IV, que margeia o Rio Amambai, localizado neste município, como também a adoção de medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00001223-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ataíde da Silva Miranda

Assunto: Investigar a ocorrência de dano ambiental decorrente do represamento de córrego, canalização de nascentes e ampliação e reforma de barragens já existentes sem a devida licença ou autorização do Órgão Ambiental.

Advogado: André Luiz Oruê Andrade – OAB/MS 13.132.

7.2.7. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003223-0**

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes e Almeida & Omena LTDA.

Assunto: Apurar possíveis irregularidades decorrentes da não submissão de parte da frota de veículos de transporte escolar, oficiais e terceirizados, que circulam no Município de Bandeirantes, à vistoria pelo DETRAN, em desconformidade com a legislação vigente.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001107-1 – SIGILOSO

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003048-6

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Edson da Silva

Requerido: Município de Aquidauana

Assunto: Apurar suposta irregularidade na tomada de preço n. 007/2013, que tem como o objeto a contratação de empresa para execução dos serviços de

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003572-6 – SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00000055-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Laudelino de Matos Lopes

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente do irregular parcelamento do solo no sítio Bom Jesus, nas proximidades do córrego Laranjal, nesta cidade.

de esgotamento sanitário no município de Nova Andradina/MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001609-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Fortaleza, Daniel Mariz Pinto Nunes Rondon

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Fortaleza de propriedade de Daniel Mariz Pinto Nunes Rondon e outros, às margens do Rio Apa.

7. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2019.00007812-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Recorrente: Sérgio Martins de Souza Queiroz

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar o estágio de implementação da universalização do serviço de esgotamento sanitário no município de Nova Andradina.

AVISO Nº 04/2020/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1 - RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

1) Inquérito Civil nº 06.2016.00001091-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Banco Bradesco - Assunto: Apurar eventual má-prestação de serviço aos clientes no Posto de Atendimento do Banco Bradesco na cidade de Figueirão/MS.

2) Inquérito Civil nº 06.2017.00000082-2 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã - Requerentes: Ministério Público Estadual e o Conselho Municipal de Saúde de Camapuã - Requeridos: Jose de Oliveira Dias e o município de Camapuã - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consistente no recebimento irregular de valores por parte do médico Dr. José Dias.

3) Inquérito Civil nº 06.2019.00001825-3 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coronel Sapucaia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Espólio de Abílio Cardoso e Valentin Fernandes Cardoso - Assunto: Apurar notícia de degradação ambiental na Fazenda Aripuanã em Coronel Sapucaia, em especial, decorrente da falta de conservação da área de preservação permanente e presença de voçorocas e erosões (Relatórios de Informações Complementares 005/2ºGPMA/2019 e 006/2ºGPMA/2019).

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00003564-8 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Nova Alvorada do Sul. (IC nº 01/2015, migrado para o SAJMP).

5) Inquérito Civil nº 06.2019.00000468-1 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Espírito Santo - Assunto: Apurar ilícito ambiental praticado pelo proprietário do imóvel rural denominado fazenda Espírito Santo, tendo em vista a supressão vegetal de 37,900 ha, sem autorização do órgão ambiental competente.

6) Inquérito Civil nº 06.2017.00001773-5 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Ilza Jandira Andreis - Assunto: Apurar ocorrência de dano ambiental na fazenda Maria Luiza I, em Iguatemi/MS, de propriedade da requerida. **Advogada: Elaine Iara Pinto, OAB/PR nº 29.714.**

7) Inquérito Civil nº 06.2018.00001092-4 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Nioaque.

8) Inquérito Civil nº 06.2018.00000482-2 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Maria das Dores de Oliveira Viana - ex-Prefeita Municipal e o município de Deodápolis - Assunto: apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, pela Prefeita Municipal de Deodápolis, em razão de supostas irregularidades no Relatório de Gestão Fiscal referente ao ano de 2013 (conforme representação protocolada sob o nº 265/2015, nesta Promotoria de Justiça). (IC nº 28/2015, migrado para o SAJMP).

9) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001898-6 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica - Requerentes: Ministério Público Estadual e a Polícia Militar Ambiental de Costa Rica - Requerido: Maurício Honório de Carvalho - Assunto: Registrar a autuação da Polícia Militar Ambiental do Município de Costa Rica em desfavor de Maurício Honório por pesca predatória. **Advogado: Edison Augusto Rodrigues, OAB/SP nº 170.726.**

2 - RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2019.00000525-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Julia Aparecida Bianchi Peretti - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal, preservação permanente e conservação do solo do imóvel rural denominado fazenda Continental, de propriedade de Julia Aparecida Bianchi Peretti. **Advogados: Walfrido Ferreira de Azambuja Jr., OAB/MS nº 4.088 e Bruno Mendonça de Azambuja, OAB/MS nº 18.690-B (Azambuja Advogados Associados).**
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2017.00002368-1** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda localizada nas coordenadas geográficas WGS 84: O 56 7 49.801, S 21 15 7.827, em razão da supressão de 175.9281 hectares de vegetação nativa.
- 3) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000770-8** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Empresa Fênix Ltda. e o município de Dois Irmãos do Buriti - Assunto: Apurar a legalidade dos contratos administrativos firmados pelo município de Dois Irmãos do Buriti e pelo Poder Legislativo local com a empresa Fênix Ltda. (IC nº 11/2012, migrado para o SAJMP).

3 - RELATOR CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002038-8 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Ponta Porã.
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00003038-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul -IMASUL e o município de Ponta Porã - Assunto: Investigar a adequação e eficiência na execução e supervisão do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) e o Município de Ponta Porã/MS relativo à municipalização dos processos de licenciamento e fiscalização de atividades e empreendimentos de impacto ambiental local.
- 3) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002476-2 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.
- 4) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000298-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar o efetivo cumprimento da carga horária prevista em lei para os servidores da Câmara Municipal de Nioaque, ante a falta de registro de frequência.
- 5) **Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001691-1** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Eliane Regina Bruneri Fialho-ME, Ótica Bela Visão - Assunto: Visa firmar Termo de Ajustamento de Conduta com a Ótica Bela Visão - Eliane Regina Bruneri Fialho ME.

4 - RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00003621-4** - 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca Sidrolândia - Requerentes: Ministério Público Estadual, Antonio Donizete Leite Rodrigues, Cristiano Mendes, Hiroyuki Aveiro Tadaka e Lindaura Ratier Pereira da Rocha - Requerida: Fácil Treinamentos Ltda.- ME - Assunto: Apurar possível violação a direito do consumidor referente ao contrato de prestação de serviço de qualificação profissional (Resgate e Socorro) da empresa Fácil Treinamentos Ltda. - ME celebrado neste município de Sidrolândia/MS.
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2016.00001184-8 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **Advogados: Clélio Chiesa, OAB/MS nº 5.660 e Claine Chiesa, OAB/MS nº 6.795 (ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S).**
- 3) **Inquérito Civil nº 06.2018.00003355-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerentes: Ministério Público Estadual e a Polícia Militar Ambiental - Requerida: Madeireira Albano Silva Ltda - Assunto: Apurar o transporte ilegal de 32,164 m de madeira serrada pela empresa Madeireira Albano Silva Ltda., e de 11,644m de madeira serrada pela empresa Ilha Grande Indústria e Comércio de madeiras Ltda., com o documento de Origem Florestal - DOF vencido. (IC nº 17/2014, migrado para o SAJMP).

5 - RELATOR CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2016.00000849-8** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Campo Grande e a Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande - Assunto: Apurar a regular implantação da Rede Cegonha nas Unidades de Saúde do município de Campo Grande, bem como a implantação do método Canguru na Rede Hospitalar. **Advogado: Renan Braz Pires da Silva, OAB/MS nº 7784-E.**
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000540-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã -

Requerentes Ministério Público Estadual - Requerido: Anderson Ovidio Ely - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade fazenda Tagy, bem como a exercício de atividades potencialmente poluidoras em seu interior desprovidas de licenciamento ambiental.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003665-8 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental no imóvel rural denominado fazenda São Bento, em virtude da constatação de desmatamento de 2,94 hectares, assim como a (ir)regularidade da extração de cascalho no local. **Advogados: Henrique Lima, OAB/MS nº 9.979, Paulo de Tarso Pegolo, OAB/MS nº 10.789 e Guilherme Ferreira de Brito, OAB/MS nº 9.982 (LPB LIMA, PEGOLO & BRITO Advocacia).**

4) Inquérito Civil nº 06.2019.00001192-7 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Luciano Marcatto Bassan - Assunto: Apurar o desmatamento de 9,04 hectares de vegetação nativa, no imóvel rural denominado Fazenda Paraíso, de propriedade do requerido.

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00002994-6 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã. (IC nº 36/2013, migrado para o SAJMP).

6 - RELATOR CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00003377-2 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Fátima do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Usina Agro-Energética S/A Álcool e Açúcar - Assunto: Apurar os impactos ambientais na malha viária (BR 376 e Estrada Vicinal Travessão do Guilherme) e outros decorrentes da atividade sucroalcooleira, a ser desenvolvida pela Usina Fátima do Sul Agro-Energética S/A Álcool e Açúcar, pertencente aos sócios Daniel Gadotti, Augusto Gadotti Neto, José Valdir Gadotti, Celso Dal Lago Rodrigues e Phillip Guilherme Dal Lago Rodrigues.

2) Inquérito Civil nº 06.2019.00001338-0 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Eduardo Nolasco Basso - Assunto: Apurar o desmatamento de 3,74 hectares de vegetação nativa, no imóvel rural denominado fazenda Mercedes, de propriedade do requerido.

3) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001396-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó - Requerentes: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Hilton Alves Machado - Assunto: Apurar eventual prática de crime ambiental contra a fauna pelo requerido.

4) Inquérito Civil nº 06.2019.00001201-5 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Nelci Dembouguski Berti - Assunto: Apurar o desmatamento de 10,12 hectares de vegetação nativa, no imóvel rural denominado fazenda Sertãozinho, de propriedade do requerido.

7 - RELATORA CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00000544-3 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Elemar Horst e Laranjeira Mendes S/A - Assunto: Apurar irregularidade jurídico-ambiental da propriedade fazenda Santa Virgínia, bem como investigar a ocorrência de dano ambiental consistente no desmatamento ilegal de árvores nativas.

2) Inquérito Civil nº 06.2019.00000293-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã - Requerentes: Ministério Público Estadual e a empresa Link Card Administradora de Benefícios Eireli - Requerida: Prefeitura Municipal de Camapuã - Assunto: Apurar eventual descumprimento de termos do contrato entre o município de Camapuã e a empresa Link Card Administradora de Benefícios Eireli. **Advogado: Lucas Henrique Salvati, OAB/SP nº 368.242.**

3) Inquérito Civil nº 06.2019.00001835-3 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Rogério Caputo - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural fazenda Dois Coqueiros, localizada no município de Nova Andradina/MS.

4) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001392-5 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó - Requerentes: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Ministério Público Estadual - Requerido: João Alves Machado - Assunto: Apurar eventual prática de crime ambiental contra a fauna pelo requerido.

5) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001311-4 (Sigiloso) - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **Advogados: Edmilson Gomes Pagung, OAB/MS nº 23.515, Bruno Luiz de Souza Nabarrete, OAB/MS nº 15.519 e outros.**

6) Inquérito Civil nº 06.2017.00001088-6 - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Energisa S.A - Assunto: Apurar cortes de água e energia em ocupação com mais de 300 famílias no Jardim Centro Oeste, nesta Capital.

8 - RELATOR CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1) Inquérito Civil nº 06.2016.00001489-0 - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Universidade Anhanguera - UNIDERP - Assunto: Fiscalizar suposto desrespeito à alunos com deficiência visual bem como aquelas com mobilidade reduzida, na Universidade Anhanguera-UNIDERP, nesta Capital. **Advogado: João Paulo de Campos Echeverria, OAB/SP nº 249.220 e Kathleen Ferrabotti Matos, OAB/SP nº 345.036 (COVAC Sociedade de Advogados).**

2) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001397-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Deilton Alves Machado - Assunto: Apurar eventual prática de crime ambiental contra a fauna pelo requerido.

3) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001811-0 - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Alexandre Penna Cardoso - ME, Ótica Amigos da Visão - Assunto: Visa firmar Termo de Ajustamento de Conduta com a empresa Alexandre Penna Cardoso - ME (Ótica Amigos da Visão).

4) Inquérito Civil nº 06.2019.00001279-2 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerentes: 15º BPMA - 2º Pelotão de Polícia Militar Ambiental - Jardim MS/CPE e o Ministério Público Estadual - Requerido: Izidoro Junior Melo Pariz - Assunto: Apurar o desmatamento de 3,29 hectares no imóvel rural denominado Fazenda Recanto do Jatobá, de propriedade de Izidoro Junior Melo Pariz.

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00001482-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Investigar eventual malversação de recursos públicos municipais, destinados ao pagamento de serviços de publicidade.

9 - RELATOR CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1) Inquérito Civil nº 06.2017.00000115-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar a insuficiência e precarização do acesso à rede mundial de computadores por parte dos órgãos públicos municipais em Ponta Porã.

2) Inquérito Civil nº 06.2016.00000685-6 (Sigiloso) - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000880-7 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: João Carlos Pessato - Assunto: Investigar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural fazenda Rincão Bonito relativamente à inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural com a devida instituição da área de reserva legal, bem como a observância da legislação com relação ao armazenamento e logística reversa de embalagens de agrotóxicos. **Advogado: Pedro Rafael Ribeiro Pessatto, OAB/MS nº 14.806.**

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000841-8 - 10ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Dourados e a Secretaria Municipal de Saúde - Assunto: Apurar ausência de PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2018, perante a Secretaria Municipal de Saúde de Dourados, em violação aos princípios constitucionais da eficiência, proporcionalidade e moralidade.

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00000682-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Miranda - Assunto: Apurar a ausência de drenagem na Rua 1º de Maio, Bairro Vilas Boas, em Miranda, bem como eventuais danos ocasionados à coletividade e saúde pública.

Campo Grande, 27 de janeiro de 2020.

SILASNEITON GONÇALVES

Procurador de Justiça

Secretário Substituto do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000032 DE 23.01.2020 DO PROCESSO PGJ/10/0392/2020**

Credor: FARIAS COMÉRCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Ata de Registro de Preço nº 20/PGJ/2019 - Pregão Eletrônico nº 8/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de materiais de construção civil, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000032 de 23.01.2020.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 016/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0051/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **NICOLAU CANTEIRO**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; C/C Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã/MS, a ser executado semanalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 699,00 (seiscentos e noventa e nove reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000104, de 09.01.2020.

Vigência: 14.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 14 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 026/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0247/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **ANDERSON ARGUELHO**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; C/C Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000245, de 14.01.2020.

Vigência: 15.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 15 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 102/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0204/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **PURI VIDA COMÉRCIO DE FILTROS LTDA**, representada por **Roberto Mtanios Chehoud Ibrahim**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; C/C Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de aplicação de ortopolifosfato, para tratamento de água potável no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Bonito/MS, a ser executado bimestralmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor global: R\$ 9.180,00 (nove mil cento e oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000186, de 13.01.2020.

Vigência: 22.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 22 de janeiro de 2020.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N° 001/2020/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000008-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Santos Gomes de Carvalho

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote R1AD, localizado na Rua Massapê em Campo Grande/MS, matrícula n. 218.583, inscrição municipal n. 06.21.001.041-4, parcialmente inserido em área de preservação permanente de olhos d'água, nascentes e curso d'água.

Campo Grande, 09 de janeiro de 2020.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL N° 002/2020/IC

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000010-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wanderley Luiz Sebben

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote F4H, localizado na Rua Pernambuco em Campo Grande/MS, matrícula n. 217.661 do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, inscrição municipal n. 06.01.018.026-9.

Campo Grande, 09 de janeiro de 2020.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL N° 003/2020/IC

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000011-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wanderley Luiz Sebben

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote F4I, localizado na Rua Pernambuco, n. 4060, em Campo Grande/MS, matrícula n. 217.662 inscrita no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, inscrição municipal n. 06.01.018.027-7.

Campo Grande, 09 de janeiro de 2020.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL N° 004/2020/IC

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000020-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pieguela Echeverria Ziolkowski

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote 03, Quadra 17, localizado na Rua Renato Vinholes Ferreira em Campo Grande/MS, matrícula n. 94.898 inscrita no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, inscrição imobiliária n. 9100020030.

Campo Grande, 09 de janeiro de 2020.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL N° 005/2020/IC

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000024-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Helbio Castello Branco

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote 18, Quadra 13, localizado na Rua Ari Coelho de Oliveira Neto em Campo Grande/MS, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição sob n. 94.320 e inscrição imobiliária municipal 09.10.006.018-0.

Campo Grande, 09 de janeiro de 2020.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 006/2020/IC

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000025-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Arlindo Salustiano da Silva

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote F3, localizado na Rua Praia de Pituba, em Campo Grande/MS, matrícula n. 200.630 no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, inscrição municipal n. 06.01.018.006-4.

Campo Grande, 09 de janeiro de 2020.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

TRÊS LAGOAS

02.2020.00004218-6

EDITAL 0002/2020/04PJ/TLS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no âmbito da 4ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas e por intermédio do Promotor de Justiça signatário, torna público que, não havendo oposição tempestiva e justificada, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 002/2020/04PJ/TLS (Anexo Único), nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS.

Os interessados, devidamente qualificados e desde que comprovada a legitimidade, poderão, por escrito e de forma juridicamente fundamentada, manifestar oposição ao ato ou requerer o desentranhamento de documentos ou, a suas expensas, cópias de peças dos procedimentos e expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

As eventuais manifestações deverão, até o 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, ser protocoladas nesta 4ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas, situada na Rua Elvírio Mário Mancini, nº 860, Centro, Três Lagoas, das 8h às 11h e das 13h às 18h.

Três Lagoas, 23 de janeiro de 2020.

JOSÉ ROBERTO TAVARES DE SOUZA

Promotor de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 002/2020/04PJ/TLS

PROVENIÊNCIA/PROCEDÊNCIA: 4ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas				
Classe. Subclasse	Conteúdo Informacional	Justificativa da Eliminação	Ano Inicial	Ano Final
200.66	Procedimento Administrativo nº 22/2015; 27/2015; 29/2015 (apenso NF 290/2013); 31/2015; 32/2015; 35/2015; 36/2015; 37/2015; 41/2015; 42/2015; 44/2015; 49/2015; 47/2015; 55/2015; 66/2015.	Decurso do prazo de guarda previsto na tabela de temporalidade (Resolução nº 25/2018-PGJ/MS)	Dezembro/2015	Janeiro/2020
200.50	Notícia de Fato nº 340/2016; 342/2016; 344/2016; 346/2016; 347/2016; 348/2016; 350/2016; 351/2016; 352/2016; 353/2016; 356/2016; 361/2016; 362/2016; 363/2016; 364/2016; 367/2016; 368/2016; 369/2016; 370/2016; 375/2016; 377/2016; 378/2016; 379/2016.	Decurso do prazo de guarda previsto na tabela de temporalidade (Resolução nº 25/2018-PGJ/MS)	Dezembro/2016	Janeiro/2020
000.003	Ofícios Recebidos 2014/2015	Decurso do prazo de guarda previsto na tabela de temporalidade (Resolução nº 25/2018-PGJ/MS)	Dezembro/2015	Janeiro/2018
Responsável pelo preenchimento: Débora Duarte Santana, Técnico II. Data do preenchimento: 23/01/2020				

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

COXIM

EDITAL Nº 0007/2020/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis nº 09.2020.00000413-7, que está à disposição na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim – MS.

Tendo em vista que o procedimento vai reunir elementos que discorrem sobre a situação de vulnerabilidade de pessoa idosa, tem-se que o direito à intimidade impõe a restrição da publicidade.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000413-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual situação de risco e vulnerabilidade a que estaria exposta a idosa J. V. S..

Coxim/MS, 24 de janeiro de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0008/2020/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00000414-8, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00000414-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Acompanhar a organização e as atividades do Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CRAM/Coxim, exercício 2020.

Coxim/MS, 24 de janeiro de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0009/2020/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00000415-9, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00000415-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Acompanhar o aprimoramento da estrutura legal e material da Procuradoria-Geral do Município de Coxim – no ano de 2020.

Coxim/MS, 24 de janeiro de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0010/2020/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2020.00000417-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2020.00000417-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Fundação Educacional de Coxim - FEC

Assunto: Análise da prestação de contas da Fundação Educacional de Coxim - FEC, referente ao ano de 2017.

Coxim/MS, 24 de janeiro de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0011/2020/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2020.00000418-1, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2020.00000418-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Fundação Educacional de Coxim - FEC

Assunto: Análise da prestação de contas da Fundação Educacional de Coxim - FEC, referente ao ano de 2018.

Coxim/MS, 24 de janeiro de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

DEODÁPOLIS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC N° 09.2019.00004247-5.

Edital nº 0003/2020/PJ/DPS.

Compromitente: Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS.

Compromissário: Dácio Quevedo do Nascimento.

Beneficiário: Município de Deodápolis/MS.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS publica Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS e Dácio Quevedo do Nascimento, em 9/12/2019, tendo por objeto o ressarcimento ao erário do referido município e o pagamento de multas civis em razão da ineficiência no exercício do controle de frequência dos servidores sob sua chefia imediata, durante o período em que foi Diretor da Escola Municipal Elizabete Lucena Campos – Polo (culpa *in vigilando*), bem como permitir e auxiliar a servidora Ana Lúcia Alves de Souza, a acumular ilegalmente cargo público e emprego privado, com incompatibilidade de horários, conforme apurado nos autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00000468-8, e pela inobservância dos princípios que regem a Administração Pública, notadamente os princípios da publicidade, da transparência, da legalidade e da eficiência, o qual está disponível para consulta no sítio eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, bem como na Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, localizada na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro, Cep. 79.790-000, Telefone (67) 3448-1455.

Deodápolis/MS, 27 de janeiro de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0002/2020/PJ/DPS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC Nº 09.2019.00004247-5.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2019.00004247-5, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Beneficiário: Município de Deodápolis.

Compromissário: Dácio Quevedo do Nascimento

Objeto: Acompanhar o cumprimento das cláusulas entabuladas no Termo de Ajustamento de Conduta nº 007/2019/PJ/DPS, referente ao Inquérito Civil nº 06.2018.00000468-8, tendo por objeto a aplicação de multa civil prevista no art. 12, III, da Lei 8.429/92, em favor do Erário do Município de Deodápolis/MS, em razão da inobservância, por parte do compromissário, dos princípios que regem a Administração Pública.

Deodápolis/MS, 24 de janeiro de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.

ASMMP**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Presidente da Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público - ASMMP, com fundamento no artigo 13, §1º do Estatuto Social da entidade, convoca **Assembleia Geral Anual Ordinária**, a realizar-se no local, data e hora abaixo descritos, para tratar, discutir e deliberar acerca da seguinte ordem do dia:

1. Tomada de contas da Diretoria Executiva e deliberação sobre o parecer do Conselho Fiscal, referentes ao **exercício de 2019**;

2. Alterar o Estatuto da Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público (ASMMP) para **nova composição da Diretoria Executiva** e para **revogação do artigo 49**, que trata da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – FESMP/MS, e do **artigo 51**, que diz respeito à criação do Fundo de Assistência Médico-Hospitalar do Ministério Público – FAMEH/MP e transferência da carteira de beneficiários e patrimônio do Fundo de Assistência Médico-Hospitalar - ASMMP/FAMEH.

3. Aquisição de **sistema fotovoltaico** para produção de energia solar;

4. Outros assuntos de interesse dos associados.

Local: Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público – ASMMP

Rua Mendel, 306, Bairro Carandá Bosque I – Campo Grande/MS

Data: 14 de fevereiro de 2020 (sexta-feira)

Hora: 1ª Convocação - 18h00

2ª Convocação - 18h30

Campo Grande/MS, 24 de janeiro de 2020.

ROMÃO ÁVILA MILHAN JUNIOR

Presidente da ASMMP